

**SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO E SINTAXE DO PORTUGUÊS:
UMA PERSPECTIVA DE ABORDAGEM**

Luiz Francisco Dias

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Pretendemos neste trabalho apontar aspectos fundamentais de uma perspectiva de sintaxe orientada por uma semântica da enunciação. Nessa direção, investimos na análise de fatos sintáticos do Português com base na tese segundo a qual um fato lingüístico se sustenta no plano da organicidade e no plano do enunciável. Especificamente, vamos abordar aspectos da agregação dos constituintes do sintagma nominal e suas implicações na constituição dos lugares sintáticos sujeito e complemento verbal. Argumentamos em favor da tese segundo a qual a constituição desses lugares é afetada por uma tensão entre o arranjo sintático (no plano da organicidade) e uma demanda de saturação referencial (no plano da enunciação), produzindo como resultado uma injunção à unidade desse arranjo. É por essa verticalidade que são agregados os extratos de ocorrência que afetam a articulação entre as unidades. É nesse plano que encontramos as condições de emprego da língua, justamente onde a referência ganha seus domínios na memória histórica que se instala na sentença como acontecimento enunciativo. A constituição do espaço sintático seria constitutivamente permeado pelo semântico, portanto.

FUTURO/PASADO. A TEMPORALIDADE DO ACONTECIMENTO

Mônica G. Zoppi Fontana

*Departamento de Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (DL-
IEL/UNICAMP)*

Este trabalho se propõe a fazer uma aproximação entre as noções de temporalidade do acontecimento propostas por Guimarães a partir do quadro teórico da Semântica do Acontecimento e as definições de temporalidade desenvolvidas por Reinhart Koselleck dentro do campo teórico da História dos Conceitos. A questão da temporalidade em relação ao acontecimento da enunciação é um tema presente em numerosos estudiosos da linguagem, como Benveniste, Weinrich, Labov & Waletzky, entre outros. Como escandir o tempo representado pelas formas lingüísticas nos enunciados e como estabelecer sua relação com o tempo do acontecimento da enunciação é a pergunta que norteia os trabalhos e que direciona o debate em torno da distinção entre passado, presente e futuro enquanto pontos de referência da escala temporal. Na Semântica do Acontecimento, Guimarães retoma e redefine conceitos trabalhados em outros campos disciplinares, especificamente os da História e da Filosofia, citando autores como Paul Veyne e Gilles Deleuze. Neste trabalho, eu gostaria de acrescentar ao debate os conceitos desenvolvidos por Koselleck, dado que se apresentam como produtivos para fazer avançar a discussão sobre a temporalidade do acontecimento, sobretudo se considerarmos que o autor alemão se interroga sobre os processos históricos de significação e interpretação de conceitos sócio-políticos, o que o leva a se colocar a questão do funcionamento da designação como mecanismo da linguagem para a particularização de objetos e suas mudanças ao longo da história.

REFLEXÃO SOBRE A NOÇÃO DE ACONTECIMENTO NA ANÁLISE DE DISCURSO

José Horta Nunes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"(UNESP)

Este trabalho tem o objetivo de efetuar uma reflexão sobre a noção de acontecimento na Análise de Discurso. Vamos levar em consideração os trabalhos de Pêcheux (1990), Guilhaumou (1997), Courtine (1999), Orlandi (2004) e, na relação com a Semântica do Acontecimento, o trabalho de Guimarães (2002). Mais especificamente, vamos tratar da noção de “presente”, buscando compreender o lugar dessa noção na teorização sobre o acontecimento. Como o “presente” é considerado na enunciação e no discurso? Que relação se estabelece com o passado e o futuro? Como a memória e a futuridade se inserem no acontecimento presente? Em apoio a essas reflexões, tomamos para a análise algumas situações discursivas atuais (em discursos cotidianos e jornalísticos), em que a temporalidade presente é significada no discurso.

SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO E TEXTUALIDADE

Eduardo Guimarães

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

O objetivo que proponho para este texto é apresentar as relações entre uma semântica da enunciação e a constituição da textualidade. Para isso é preciso primeiro considerar especificamente os processos enunciativos de constituição do sentido, como algo particular de um tratamento enunciativo do sentido. Em seguida pode-se observar como estes processos não podem deixar de ser considerados na sua relação com o que faz com que um conjunto de enunciados seja um texto.

Uma outra questão, que se pode colocar a partir da configuração de uma semântica como a acima indicada, é pensar em que medida uma semântica pode contribuir para os estudos textuais, e ainda, de modo mais específico, em que medida pode a semântica contribuir para a análise de textos.

Procuraremos abordar estas questões a partir da posição semântica do acontecimento, apresentando os aspectos fundamentais do funcionamento enunciativo das formas lingüísticas. A partir disso vamos projetar a questão sobre os estudos textuais, procurando ver de modo particular a relação do texto com o espaço de enunciação.

ARGUMENTAÇÃO E POLÍTICA NO TEXTO

Soeli Maria Schreiber da Silva

Universidade federal de São Carlo (UFSCar)

Com base na Semântica do Acontecimento, proponho-me a deslocar análises argumentativas e, para isso, vou tratar de operações enunciativas em enunciados complexos, mostrando como se dá a argumentação no litígio e como a constituição do sentido afeta algo que é a textualidade.

PARTICIPAÇÃO COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

RESUMOS

ROUBAR POUCO É CULPA, ROUBAR MUITO É GRANDEZA” OU PROVÉRBIO: UM LUGAR DE ENUNCIÇÃO COLETIVA

Mônica Oliveira SANTOS - Universidade Paulista (UNIP)

E-mail:

Orientadora:

A voz coletiva está apoiada na ideologia, no “já dito”, e através da formulação textual ela se materializa lingüística e enunciativamente, sendo representada/assumida pelo Locutor e pelos Enunciadores, na incorporação dessa voz à cena enunciativa. A forma proverbial, *per se*, já diz respeito à materialização lingüística da voz coletiva determinada sócio-histórico e ideologicamente – “A voz sem autoria”, *O dizer de todos e de ninguém*!”. Quando essa forma proverbial isolada é incorporada à enunciação, tem-se a incorporação de uma materialidade lingüística dentro de outra. É o que destacamos na Enunciação Proverbial, em cujo jogo enunciativo, Enunciadores individuais e coletivos vão se misturar e confundir

numa representação de movimentos difusos. Nesse trabalho, destacaremos a Enunciação Proverbial como uma Enunciação Coletiva, em que se evidencia o movimento que marca continuamente a aproximação e o afastamento do Locutor em relação ao nível de responsabilidade pelo dizer, o que caracteriza formalmente uma dualidade entre os enunciadores individual e coletivo. Esta dualidade, que é flagrante na Enunciação Proverbial, suscita um desdobramento do Locutor, que se pode chamar de dizer coletivo, ou “Enunciação Coletiva”. Para explorarmos um pouco mais essa discussão, retomaremos a Teoria da Enunciação, desenvolvida por Ducrot e Anscombre, enfatizando uma importante relação, feita por eles, que mostra os provérbios como o reservatório de topói de uma língua, uma vez que os topói, como os provérbios, representam coletividades diferentes de enunciadores que por vezes se opõem. A partir desse panorama teórico inicial, afunilaremos o olhar, percorrendo conceitos que construíram a “Semântica da Enunciação” visitando autores como Grésillon & Maingueneau, Pêcheux e Guimarães.

Palavras-Chave: Provérbio, Semântica, Enunciação Coletiva

DA DETERMINAÇÃO

Ana Josefina Ferrari
ana_josefinaf@hotmail.com
Orientadora:

No presente trabalho, temos por objetivo observar o funcionamento da determinação. Para tal, faremos um percurso pelos diferentes autores que, no quadro teórico da Análise do Discurso e na Semântica do Acontecimento, trabalham o problema da determinação. Esses autores são Pêcheux (1975), Henry (1975), Indursky (1997), Zoppi (1997) e Guimarães (2007). Procuraremos ver o funcionamento da categoria a partir da análise de anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais da cidade de Campinas entre 1870 e 1880.

OS SUJEITOS E OS SENTIDOS DA VELHICE

Geralda Maria de Carvalho Zaidan
gerazaidan@uol.com.br
Orientadora: Mónica G. Zoppi-Fontana

As questões que este trabalho propõe estão ancoradas nas reflexões sobre como as nossas expressões lingüísticas referem as coisas no mundo, como ganham forma, essencialmente em nossa sociedade, expressões para designar o sujeito com mais de 60 anos. Transversalmente a estas formas de referir encontram-se as questões relacionadas aos modos de designar e aos sentidos que caracterizam e determinam uma propriedade referencial. Entendemos que as nomeações são um funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome, e que estas não são tomadas como palavras que classificam e incluem os objetos em determinado conjunto, em conformidade com Rancière (1992, p.43) afirmamos que “um nome identifica, ele não classifica”, são considerados como palavras que identificam práticas ou objetos, diferentemente em cada acontecimento enunciativo, o que nos permite observar o modo como a designação (re)significa e predica este sujeito. É desse ponto de vista que, os processos discursivos vistos como movimento de atualização da língua, reformulam através do discurso, sentidos que se efetuam através das práticas históricas. Propomos, de forma sucinta, apresentar uma análise das designações *Ancião*, *Velho*, *Idoso*, *Terceira Idade* e *Melhor Idade* que de forma singular, determina esse sujeito, a partir de uma memória na qual se organizam e projetam as relações de interpretação. E neste domínio, enquanto acontecimento de linguagem, a nomeação não nos aponta para um objeto no mundo ou no discurso, mas permite a possibilidade de futuras enunciações, e os vários efeitos de sentido do ser na velhice.

Palavras-chave: Nomes, Semântica, Designação, Velhice, Sentidos.

O POLÍTICO NA POLÍTICA DE LÍNGUAS NO MERCOSUL

Tânia Mara da Silva

O presente trabalho intitulado por *O político na política de línguas no Mercosul* tem como meta realizar um estudo enunciativo do decreto de dezembro de 2006, que inseriu o Guaraní como uma das línguas oficiais do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), juntamente, com o Português e o Espanhol.

O objeto deste trabalho é o decreto que data de dezembro de 2006, e todo o leque de enunciados e significações que surgiram após o mesmo.

Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho se inscreve no quadro da Semântica Histórica da Enunciação, que tem como um de seus principais objetivos o estudo de diversos espaços enunciativos a partir de uma análise enunciativa da linguagem, tomando como cerne a noção de político de Guimarães (2002). Portanto, buscamos refletir sobre política de línguas, suas relações, e seu funcionamento.

CENA ENUNCIATIVA E GÊNERO DE TEXTO

Rosiane dos Santos Ferreira (UFMG – CNPq)

rosifale@yahoo.com.br

Orientador Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)

Nosso trabalho objetiva desenvolver a noção de cena enunciativa, proposta em Guimarães, 2002 para, em seguida, relacioná-la à noção de gênero textual, abordada segundo Rastier (1998, 2000). Pela ótica de Rastier, só podemos falar em identidade de um gênero de texto quando observamos um agrupamento de textos (corpus), reunidos sob certas características normativas relativamente regulares, sob uma mesma prática linguageira e, além disso, sob uma mesma finalidade. Colocamos, diante disso, a necessidade de se contemplar, nos estudos guiados sob essa perspectiva, as características intratextuais e extratextuais recorrentes nos textos de um corpus. Para isso, entra em pauta a noção de cena enunciativa, que nos oferece subsídios como temporalidade, Locutores e suas representações, lugares sociais, modo de enunciação, enfim, oferece-nos elementos para pensarmos na heterogenia incontornável, que se coloca entre um e outro texto arregimentado em um corpus. Para isso, contemplaremos textos constitutivos do gênero charge jornalística. Mais particularmente, nosso propósito consistirá em, a partir da noção de cena enunciativa, apontar as regularidades e variações enunciativas, existentes entre uma cena chágica e outra. Como recorte analítico, observaremos como os pronomes pessoais se instalam, com regularidades e variações, na malha lingüística de exemplares textuais do gênero escolhido, tendo em vista relacionar a presença dos pronomes com a(s) prática(s) social(is) e finalidade(s) relativas às charges.

A ASSIMETRIA ENTRE O SIMBÓLICO E O ORGÂNICO NA CONFIGURAÇÃO DA CONCOMITÂNCIA

Bruna Karla Pereira (UFMG)

brunaufmg@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Baseamo-nos em uma concepção segundo a qual a dimensão simbólica é constitutiva da dimensão material, mas nem sempre aquela encontra correspondência nesta (DIAS, 2002). Uma evidência desta assimetria pode ser captada a partir do conceito de concomitância, que reconhece a simultaneidade de categorias gramaticais em um mesmo ponto da cadeia lingüística. A concomitância pode ser auferida, em uma escala, de acordo com a possibilidade de desmembramento das categorias. Por exemplo, a integração do SN (DIAS & PEREIRA, 2007) ocupa um grau alto na escala, pois, em uma sentença como “João martelou o prego”, o SN constitutivo do adjunto “com um martelo” está aglutinado à instância verbal. Entretanto, esta aglutinação pode ser desfeita, como em “João martelou o prego com um martelo enferrujado”. Devido a esta possibilidade de desmembramento, este fenômeno não ocupa o grau máximo ocupado pela convergência (PEREIRA, 2007). Em casos de convergência, não é possível decompor uma sentença como “Houve imprevistos” em uma, na qual “imprevistos” seja sujeito, e em outra, na qual “imprevistos” seja objeto. Por isso, em “imprevistos”, convergem os lugares de sujeito e objeto de modo indecomponível.

Assim, na análise da integração e da convergência, percebemos que a concomitância só é apreendida quando se levam em conta as injunções do simbólico em sua constituição. Com efeito, para Pêcheux (1998, p. 28), a sintaxe é “o que toca de mais perto no próprio da língua enquanto ordem simbólica, com a condição de dissimetrizar o corpo de regras sintáticas”. Nesse sentido, a língua oferece um corpo de regras dentro do qual há um arcabouço composto por sujeito, objeto, adjunto, etc. Entretanto, o “jogo sobre as regras” (PÊCHEUX, 1998, p. 28) determina que tipo de configuração este arcabouço manifestará, ainda que, organicamente, sujeito e objeto tenham de convergir, e verbo e SN tenham de se integrar.

VISLUMBRANDO O SUJEITO GRAMATICAL POR UMA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Priscila Brasil Gonçalves Lacerda (UFMG)

p7brasil@gmail.com

Orientador: Luiz Francisco Dias

Este trabalho inscreve-se em uma perspectiva de estudo que considera o fator enunciativo no âmbito da sintaxe. Tomamos as sentenças enquanto estruturas de enunciados, i.e, enquanto possibilidades estruturais que guardam um potencial enunciativo. Assim, acreditamos que a ocupação dos lugares sintáticos de sujeito gramatical e de objeto, que compõem a materialidade de enunciados, é perpassada por uma memória histórico-social de dizeres que constitui sentido na articulação sintática, no presente da enunciação. Essa perspectiva ancora-se em uma abordagem dos fatos sintáticos realizada a partir de uma semântica do acontecimento, tal como Guimarães (2002) a definiu. Investigamos, no presente trabalho, precisamente a ocupação do lugar de sujeito gramatical em sentenças proverbiais sendo realizada pelas expressões “Quem” ou “Aquele que”, que observamos na sentença *Quem/Aquele que faz merece o que constrói*, por exemplo. Uma vez que as referidas expressões apenas podem ocupar o lugar de sujeito, caracterizando os traços semântico-enunciativos que se inscrevem nos elementos “Quem” ou “Aquele que”, buscamos explicitar em que medida a ocupação do lugar de sujeito gramatical em sentenças proverbiais guarda especificidades determinantes na configuração de um modo de enunciação proverbial. Propomo-nos, então, a observar o papel de “Quem” ou “Aquele que” na relação integrativa que resulta em sentenças em que podem ser identificados traços de onitemporalidade, amplitude e indicialidade referencial: traços que caracterizam os provérbios. Podemos dizer que, em linhas gerais, ao investigarmos como traços enunciativos se imprimem na materialidade lingüística de um lugar sintático, operamos com uma questão central na língua, pois lidamos com a interface entre as dimensões orgânica e enunciativa que a constitui (Dias, 2002).

OS PROGRAMAS DE GOVERNO VISTOS PELA PERSPECTIVA DA “SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO”: UMA BREVE ANÁLISE EM TORNO DO TEMA *EDUCAÇÃO*

Regiana Perpétua Manenti

remanenti@yahoo.com.br

Orientadora: Vanice Oliveira Sargentini

O trabalho que será apresentado objetiva analisar as relações argumentativas em torno do tema “educação”, a fim de demonstrar o que se enuncia e/ou o que se pode/deve enunciar sobre a ‘educação brasileira’ no âmbito político eleitoral. A discussão se assenta essencialmente sobre o conceito de *político*, que nos permite identificar alguns traços polêmicos que regem o funcionamento da língua. Para realizar o estudo em questão, tomamos como *corpus* de análise os ‘Programas de Governo’ lançados na campanha presidencial de 2006. Os recortes foram extraídos do material apresentado pelos seguintes candidatos: Cristovam Buarque – PDT, Geraldo Alckmim – PSDB, Luiz Inácio Lula da Silva – PT e Heloísa Helena – PSOL. A escolha do Plano de Governo dos referidos candidatos se justifica pela classificação que obtiveram no processo eleitoral de 2006, 1º turno. Foram escolhidos os quatro mais bem votados. No que se refere a base teórico-metodológica, apoiámo-nos nos pressupostos apresentados pela *Semântica do Acontecimento* e lançamos mão de conceitos como ‘espaço de enunciação’ e ‘cena enunciativa’, conforme definidos por Guimarães (1987).

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO DEPOIMENTO JUDICIAL

Beatriz Virgínia Camarinha Castilho Pinto
biacp@hotmail.com

Orientador: Profª Dra. Mônica G.Graziela Zoppi-Fontana

Este estudo, baseado nas ferramentas teóricas fornecidas pela Semântica do Acontecimento (Guimarães), procura descrever como se dá a produção de sentidos no depoimento judicial, comparando o interrogatório oral com sua versão escrita. Na superposição de cenas enunciativas que constituem o depoimento judicial, nota-se um processo incessante de reescrituração: a pergunta do juiz é reescrita por ele próprio em outras perguntas, depois é reescrita pela testemunha em suas respostas e, finalmente, é reescrita pelo magistrado em seu ditado ao escrevente. Nessas múltiplas reescrituras, o sentido se dispersa e, ao redizer o já-dito, movimenta novos sentidos, produzidos pelos mecanismos da predicação, da expansão e da antinomia. Assim, por exemplo, no recorte estudado, a noção de *trabalho de A* se desloca, passando a significar *contrato entre B e C*, bem como *jardim* passa a referir plantas, recortes e pedras. Os sentidos mostram-se móveis e instáveis: expressões contrastantes produzem efeito de sinonímia, cabendo à antinomia fixar o sentido e ressignificar uma expressão, de tal modo que *reclamação* seja ressignificada como *não-reclamação*. Embora o jogo parafrástico opere no sentido de homogeneizar as designações, estabelecendo pontos de identificação entre elas, o sentido se faz é como diferença, recortando memoráveis também diferentes. Enfim, o sentido é construído pela reescritura, e não pela referência. A análise das reescrituras e da cena enunciativa no depoimento judicial mostra que, por trás da voz do locutor-testemunha que parece trazer aos autos sua voz individual enquanto-pessoa-no-mundo, ressoa a voz do locutor-juiz que se representa num lugar de dizer impessoal e universal, a quem cabe discernir o verdadeiro e o falso – o que provavelmente explique a abundância de perguntas que já antecipam a resposta. Assim, é o locutor-juiz que aparece no depoimento como a figura central sobre a qual repousa a escolha léxica e a reescrituração – ou seja, a produção dos sentidos.

REESCRITA E ARTICULAÇÃO DA DESIGNAÇÃO *INTEGRAÇÃO* NOS TEXTOS DE PROPOSTA DA ALCA.

Luciana Nogueira (Mestranda UNICAMP) FAPESP
lulunog@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Guimarães

Quando dizemos que o enunciado ganha sentido no texto, entendemos o texto como um acontecimento, uma unidade integrada por enunciados. Em cada acontecimento, uma mesma palavra pode significar coisas diferentes. A especificidade de um texto está relacionada a outros textos, a outras especificidades. No funcionamento do texto temos algo que é reescriturado, algo que é retomado no texto, ou melhor, re-significado, re-dito. Sendo o texto é uma unidade de significação integrada por enunciados, temos que o funcionamento do texto se dá fundamentalmente pelo procedimento de reescrituração relacionado à articulação. E para configurar o domínio semântico de determinação (DSD) é preciso analisar a relação entre as palavras nos enunciados no texto. O DSD se constitui para representar o sentido das palavras e caracteriza como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar (cf. Guimarães, 2007). Nesse sentido, vamos analisar a designação *integração* nos documentos de proposta de constituição da ALCA (Área de Livre Comércio entre as Américas), a partir dos procedimentos de reescrita e articulação para a configuração do DSD e a compreensão de como a designação é uma significação para identificar coisas, não enquanto existentes, mas sim enquanto significadas.

O POLÍTICO NA ARGUMENTAÇÃO DE UM PROCESSO DE INJÚRIA

Autora: Marília Achete Junqueira Garcia
mariliajg@com4.com.br

Orientadora: Profª Drª Soeli Maria Schreiber da Silva

Minha pesquisa tem como objetivo analisar os movimentos argumentativos em um processo caracterizado por injúria e como os sentidos da argumentação se constituem nas Cenas enunciativas do processo, tendo como fulcro teórico os estudos de Guimarães; instituindo-se, portanto, na perspectiva teórico-metodológica da *Semântica Histórica da Enunciação* e da *Semântica Argumentativa*. E, para analisar como se constituem os sentidos nos movimentos argumentativos, parto do pressuposto de que a argumentação é um processo político (tal como o concebe Guimarães), instaurada pela caracterização do *dissenso* (termo elaborado por Rancière) na enunciação injuriosa proferida pela chefe de departamento da Câmara Municipal de São Carlos a uma policial militar de cor negra. Por isso, estabeleço uma relação entre os conceitos de *político* e do *dissenso*. Logo, aplicarei, primeiramente, neste trabalho, os conceitos da *política*, da *polícia* e do *dissenso* de Rancière, e, posteriormente, o conceito de *político*, formulado por Guimarães, a fim de evidenciar dois deslocamentos realizados na análise: o primeiro, ao considerar que o jurídico é um espaço de enunciação configurado pela política, afastando-me de Rancière, que distingue o dano fundador da política do litígio jurídico; o segundo, ao relacionar o *dissenso* com o *político*, uma vez que parto da hipótese de que todo o espaço do processo é dividido, é político, e essa divisão no espaço argumentativo tem como ponto de partida o dissenso, que institui a igualdade perpassando a ordem da dominação. Palavras-chave: argumentação, político, política, dissenso

O MOVIMENTO DO PORTUGUÊS NA RELAÇÃO COM OUTRAS LÍNGUAS NOS JORNAIS DE SÃO CARLOS

Maria Fernanda Faccipieri

mffacc@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a Dr^a Soeli Maria Schreiber da Silva

Na linha dos trabalhos sobre uma semântica da enunciação, este estudo tem por objetivo analisar a argumentação e o movimento de línguas no espaço enunciativo de jornais de São Carlos. Observamos o tratamento de alguns conceitos como sujeito, político, cena enunciativa, memória e empréstimo. Sendo assim, é imprescindível analisar o movimento de línguas e a relação entre as mesmas, a partir de tais conceitos como também a distinção entre língua materna e língua nacional, assim como o multilinguismo discutido por Guimarães. Tais enfoques contribuirão para observar como se dá esse movimento de línguas e a argumentação, e concluir, entre outras coisas, que este movimento se dá num embate, e numa relação desigual de caráter civilizatório. Foram escolhidos alguns recortes dos jornais os quais continham termos em outras línguas, e dentre eles alguns devidamente escolhidos foram analisados. Dividimos nossos excertos em três grupos, o que nos levou a perceber que a orientação argumentativa se dá a partir de três movimentos. Tais movimentos caminham desde o português como língua oficial e regulamentadora passando pela tradução para então observarmos até a oficialização de outras línguas e a conseqüente exclusão do português. O embate que se dá entre o português como língua oficial e a relação com outras línguas é de caráter desigual, no qual a posição civilizatória ainda que questionada por alguns autores, aparece. A partir do estudo sobre o movimento do português na relação com outras línguas neste espaço enunciativo, deixa-se claro que tais análises devem ser abordadas a partir da história, isto é, as noções e conceitos estudados devem ser vistos na sua relação com a história, à memória e o acontecimento, concluindo que palavras como *sentido* e *significação* referem a algo inconstante e instável e a relação entre línguas não se dá de forma natural e igual.

A ARGUMENTAÇÃO NO ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO EM MOVIMENTO: A RELAÇÃO DO INGLÊS COM O PORTUGUÊS NAS VINHETAS E SLOGANS DAS RÁDIOS DE SÃO CARLOS

Luciana Montanheiro – CNPq - UFSCar

lucyy_ufscar@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a Dr^a Soeli Maria Schreiber da Silva

Esse projeto, que teve início em Agosto de 2005, foi fruto de uma estimativa das línguas faladas na cidade de São Carlos, realizada no primeiro semestre de 2004, o que fez com que nos interessássemos em refletir sobre a relação dessa língua com a língua portuguesa nas rádios dessa mesma cidade em questão.

Observando a grande incidência da língua inglesa, sobretudo nas vinhetas e slogans da rádio Jovem Pan, selecionamos alguns recortes, os quais classificamos como os mais significativos, para realizarmos análises e ver como se dá o movimento das línguas, nesse caso, o inglês e o português.

Apresentaremos aqui o fruto do segundo momento de nossa pesquisa, onde foi dado foco maior ao interdiscurso que atravessa os enunciados, assim como a memória e as posições de sujeito, que são essenciais para a argumentatividade do enunciador. As imagens também foram analisadas, sempre levando em conta a rememoração do interdiscurso orientando argumentativamente para uma conclusão. Levamos em conta também a questão do mercado de sucesso, uma vez que encontramos no acontecimento um mundo globalizado/tecnológico, que devido às relações socioeconômicas trata o inglês como língua franca. Inseriremos também o conceito de Cena Enunciativa para pensarmos sobre a atuação do político no interior desse acontecimento.

O PORTUNHOL NA RELAÇÃO COM A LÍNGUA IMAGINÁRIA E LÍNGUA FLUIDA: O POLÍTICO NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS DE (DES) LEGITIMAÇÃO

Claudia Freitas Reis - UFSCar- FAPESP
claufreitasreis@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a Dr^a Soeli Maria Schreiber da Silva

Neste trabalho realizamos um breve estudo sobre como a língua imaginária e a língua fluida regulam a relação entre as línguas, bem como as relações dos falantes com os memoráveis a partir de recortes que caracterizam determinadas cenas enunciativas nos espaços enunciativos da fronteira do Brasil com o Uruguai (Santana do Livramento- Brasil; Rivera – Uruguai) e no espaço enunciativo de São Carlos (interior do Estado de São Paulo- Brasil), concluindo que esta relação influi nos processos argumentativos os quais culminam no processo de designação de portunhol. Propomos uma atenção aos movimentos de legitimação e deslegitimação desta prática lingüística, o portunhol, nos dois espaços enunciativos em questão e o litígio dentro destes movimentos.

Palavras-chave: *Análise do Discurso, Semântica do Acontecimento, Portunhol, Legitimação, Língua imaginária, Língua fluida.*

ACONTECIMENTO E DESIGNAÇÃO: OS SENTIDOS DA PALAVRA PRECONCEITO EM DEFINIÇÕES LEXICOGRAFICAS

Carolina de Paula Machado - Unicamp
carolinapmac@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães

Apresentarei algumas considerações de um estudo dos sentidos da palavra *preconceito* realizado em minha dissertação, analisando suas designações a partir da teoria da Semântica do Acontecimento, tomando como foco a questão do acontecimento.

O corpus é constituído por definições dessa palavra retiradas de alguns dicionários de grande circulação nos séculos XX e XXI, do qual apresentarei algumas análises. Consideramos, nesta perspectiva, que os sentidos se constituem no acontecimento enunciativo na relação com a história, o social e com o político. Nessa perspectiva, consideramos o dicionário como lugar de observação, entendendo-o como um instrumento de gramatização, situando-nos, com isso, no âmbito da História das Idéias Lingüísticas. Consideramos o dicionário como um observatório histórico e social que permite observarmos os sentidos da palavra *preconceito* na língua normatizada, e, em contrapartida, os sentidos que estão silenciados nele, mas que circulam na sociedade.

Desse modo, procuramos compreender como o preconceito é entendido em outras áreas do conhecimento como as Ciências Sociais, a Psicologia e a própria Lingüística em contraste com a análise das definições lexicográficas. Isso nos levou a considerar uma forma de compreender o preconceito considerando-o do ponto de vista dos sentidos.

Quanto à análise das definições lexicográficas, observamos que elas não acompanham as discussões sobre

o preconceito que têm como foco a exclusão social, incluindo tardiamente os sentidos relacionados a este tema.

A ARGUMENTAÇÃO E A RETIFICAÇÃO DE PRENOME DE TRANSEXUAL NA JURISPRUDÊNCIA

Fátima Catarina Fernandes
facatarina@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a Dr^a Soeli Maria Schreiber da Silva

Estudamos, a partir da Semântica do Acontecimento e do diálogo com a Análise do Discurso de origem francesa, recortes do requerimento do locutor-transsexual e da argumentação do locutor-juiz em um texto jurídico no qual o requerente solicita a retificação de seu registro civil no espaço enunciativo de São Carlos. Para tal, movimentaremos os conceitos de acontecimento, cena enunciativa, designação, reescritura, memorável, argumentação e político, além da noção de identidade. Mudar de nome (de masculino para feminino) é o que estabelece a tensão nesse processo, em que o memorável biológico põe o conflito como memorável da expressão do corpo e do convívio social; assim, os memoráveis orientam para é mulher, no conflito com o biológico; logo, é posto o conflito real e a norma. Com isso, na relação com a normatividade, mantém-se o real, em um movimento de jurisprudência onde o nome oficial é substituído pelo real. Dessa forma, veremos como o processo de identificação social, aliado ao discurso científico, pode contribuir para a mudança de prenome do transsexual.

A HETEROGENEIDADE DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA : UM ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM

Raquel Ribeiro Moreira
(UFRGS/UTFPR)

Neste trabalho, pretende-se analisar o conceito de violência presente em dicionários etimológicos, sociológicos, políticos, jurídicos e psicológicos, no intuito de verificar como se constrói a relação sentido(s)/referência nesses lugares sociais. Como porta-vozes de suas áreas, os dicionários se caracterizam como lugares do saber estabilizado, completo e funcional, em que os sentidos se exauram na conceituação temática estipulada. Esse exaurir, que julgamos constar até mesmo os sentidos margeados, constitui a referência, ou os pontos de referência, da palavra; referência essa que se vê amplamente trabalhada nas teorias formais logicistas, mas que recebe um olhar muito mais perscrutador nas teorias semânticas, especialmente na AD. Desse modo, percorrer os diversos dicionários – de diferentes áreas – permitirá perseguir esse conceito e ver como ele aí se apresenta, observando, também, como nessas diferentes áreas a relação sentido/referência se constrói. Levando-se, também, em consideração que a linguagem sempre fala de algo, e que esse algo é, como diz Guimarães, incontornavelmente construído na linguagem, procura-se verificar como se constrói a relação sentido/referência de violência para jovens internados em uma instituição de correção para menores. E é através desse percurso que, na observação do funcionamento da língua, tanto na sua “institucionalização” através do dicionário, quanto na discursivização dos jovens internos, acredita-se poder colocar no espaço de enunciação a relação entre língua e falante, configurando-se, assim, acontecimento.

Palavras-chave: violência , sentido e referência, acontecimento.

DESIGNAÇÃO DE ANÃO NO MANUAL DO “POLITICAMENTE CORRETO E DIREITOS HUMANOS”

Ana C. L. Barros
barros432@hotmail.com

O presente estudo objetiva verificar os efeitos de sentidos preconceituosos que constituem a palavra *anão* através tal como é designada no manual do “Politicamente Correto e Direitos Humanos”. Este manual, lançado em 2005 pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi inspirado em movimentos sociais como os negros, homossexuais, mulheres e judeus cujos membros, de uma forma ou de outra, são alvos de piadas preconceituosas. Sendo assim, iremos confrontar a “definição” de *anão* dada pelo manual e compará-la

com a definição de *anão* dada pelo dicionário Aurélio com o intuito de verificar os sentidos que são retomados, negados ou os que se mantêm. Assim, para as análises mobilizaremos conceitos da Semântica do Acontecimento como cena enunciativa, memorável, designação e reescritura que permitirá observar os movimentos de sentidos preconceituosos e os estereótipos que, geralmente, são usados como forma de identificação de alguns sujeitos, mas especificamente o *anão*.